

Do Ideal ao Necessário
uma agenda de trabalho a partir de discurso do Pres. Lula

Paulo Roberto de Almeida
3 de fevereiro de 2004

A partir do discurso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pronunciou em Genebra, no dia 29 de janeiro último, com vista à atração de investidores internacionais ao Brasil, elaborei um quadro elucidativo das carências relativas e das possíveis áreas de atuação para tornar concretas aquelas condições de atratividade. A segunda coluna da tabela deve ser vista como uma tentativa de suprir lacunas setoriais para a melhoria do clima doméstico para os investidores em geral, tanto nacionais como estrangeiros.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil – Genebra, Suíça, 29/01/2004	
<i>O que disse o Presidente Lula</i>	<i>O que seria preciso fazer para concretizar a idéia</i>
O Brasil é hoje um país de (..) estável e diversificada economia.	As agências de <i>rating</i> apontam ainda diversos pontos frágeis na economia brasileira, sobretudo um alto grau de obrigações externas, com nível de exportações insuficientes: <i>é indispensável reforçar o esforço exportador.</i>
A aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária permitirá uma maior justiça social e assegurará os recursos para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas.	As reformas previdenciária e tributária são ainda insuficientes para garantir esse equilíbrio e ainda não criam a verdadeira justiça social. <i>Aprofundar a reforma previdenciária e continuar a reforma tributária, num sentido de desoneração.</i>
Garantirá também a viabilidade do sistema de seguridade social, reduzindo a carga tributária sobre o setor produtivo.	O equilíbrio do sistema de seguridade continua precário e a carga sobre o setor produtivo não foi ainda reduzida de fato. <i>Deve-se continuar os esforços nessas duas frentes.</i>
Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais.	A reforma da lei de falência é apenas um aspecto da agenda de reformas. Um estudo do Banco Mundial (<i>Doing Business 2004</i>) lista uma série de entraves à atividade empresarial no Brasil. <i>Pode-se constituir grupo de trabalho para atuar topicamente em todas as áreas ali apontadas.</i>
Houve uma sensível melhoria no perfil da dívida pública em 2003.	De fato, tanto a interna como a externa tiveram pequenas altas em 2003, devido aos juros altos e baixo crescimento, mas o aumento do PIB em 2004 melhorará esse perfil doravante. <i>Não há ação específica nesta área, apenas o resultado do bom desempenho macroeconômico.</i>
A vulnerabilidade da economia frente a turbulências mundiais diminuiu.	Na verdade, as agências de risco ainda apontam diversos sinais de vulnerabilidade relativa. <i>Sem</i>

	<i>descartar os indicadores objetivos, deve-se continuar apostando na estabilidade de regras.</i>
Para o futuro, contamos com a melhoria no acesso de produtos brasileiros aos principais mercados.	As perspectivas aqui são mitigadas, pois o estado das negociações multilaterais é desalentador. <i>É preciso avançar nos arranjos minilaterais.</i>
Sem menosprezar nossas relações históricas com o mundo desenvolvido, estamos convencidos de que há um enorme potencial em nossas relações regionais e com outras economias emergentes.	Esse potencial ainda não pode ser avaliado com precisão, pois os países emergentes apresentam limitações similares às do Brasil. <i>A busca deve ser por mercados específicos de mercadorias selecionadas, não em função do tipo de mercado.</i>
O Mercosul se consolida e se expande para o conjunto da América do Sul, ao mesmo tempo em que se aprofunda e cobre novas áreas, como serviços, investimentos compras governamentais.	Mantêm-se graves problemas estruturais no Mercosul, com exceções nacionais e práticas contrárias aos instrumentos constitutivos. <i>Seria preciso exercer disciplina no cumprimento das obrigações, ou revisar os instrumentos e normas existentes, para evitar perda de credibilidade.</i>
Trabalhamos também para concluir este ano o acordo Mercosul-União Européia.	Tudo indica que a UE só vai se movimentar em função dos resultados da Alca. <i>Uma negociação está vinculada à outra, mas a da UE deveria poder avançar em bases próprias.</i>
Os entendimentos para a formação da ALCA encontram-se bem encaminhados após a Reunião Ministerial de Miami, em direção a um acordo realista e flexível.	A “Alca mínima” resultante desse acordo terá um impacto reduzido para a economia do Brasil, tanto em acesso a mercados como em novas oportunidades de investimento. <i>Seria preciso avaliar as metas da negociação com base em estudos empíricos da área econômica.</i>
Maior acesso a mercados externos atrairá mais investimento produtivo para o Brasil.	Esse acesso ainda não está garantido em nenhum dos processos negociadores atualmente em curso. <i>Sugere-se reunião de avaliação global do tema.</i>
Esperamos incrementar, em muito, os quase 11 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros recebidos no Brasil, em 2003.	Os investimentos efetivos foram muito menores, pois mais da metade desse valor correspondeu a conversão de operações intra-firmas. <i>Não há ação específica a ser tomada nesta área.</i>
O Brasil reúne enorme potencial e oportunidades para o investidor. Tem recursos naturais abundantes, uma classe trabalhadora qualificada profissionalmente.	Os recursos naturais dependem de obras de infraestrutura para sua exploração e a mão-de-obra apresenta diversas carências técnicas. <i>Soluções são evidentes em ambos os aspectos.</i>
Tem uma infra-estrutura ampla, que desejamos melhorar.	As áreas de transporte e energia são as mais carentes de novos investimentos. <i>Atenção prioritária deveria ser dada a ambas.</i>
É um país com vocação humanista e universalista, disposto a assumir crescentes responsabilidades na promoção da estabilidade mundial.	Essa assunção de responsabilidades implica em maiores gastos com cooperação internacional e comprometimento de recursos com as áreas de defesa e intervenção humanitária. <i>Sugere-se um grupo de trabalho para avaliar necessidades.</i>
Tenho dado muita atenção à integração na América do Sul. (...) Estamos desenvolvendo mecanismos para atrair investimentos para projetos de infra-estrutura, inclusive por meio da Parceria Público-Privada que, muito em breve,	A extensão das PPP para a integração física da América do Sul coloca o problema das garantias estatais a projetos não exclusivamente nacionais. <i>Sugere-se discussão com BID e BIRD para a modelagem de fundo multilateral de garantias de</i>

será transformada em lei.	<i>investimentos bi-nacionais.</i>
Estamos dispostos a discutir projetos e propostas com a comunidade empresarial internacional e brasileira, que possam facilitar as inversões em meu país, num clima de harmonia e respeito às leis e valores de nossa sociedade.	O marco regulatório e o suporte prático a novos projetos de investimentos ainda são passíveis de muito aperfeiçoamento. <i>Sugere-se grupo de trabalho para a revisão do marco legal relativo ao investimento direto estrangeiro (inclusive no que se refere aos fluxos de capitais financeiros) e uma avaliação das carências ainda detectáveis no quadro institucional de promoção e informação ao investimento direto (Agência InvesteBrasil).</i>

Paulo Roberto de Almeida (3.02.04)